

Legisladores que não foram votados aqui

Criada em 1962 pela resolução nº 17, a Comissão do Distrito Federal no Senado tem a competência de opinar, privativamente, sobre a escolha do governador (feita por indicação do presidente da República), o orçamento do DF, as contas do governador e os empréstimos. Dentro da própria Comissão, a idéia predominante é a de que o Distrito Federal seja emancipado. O maior opositor dessa proposta é o senador biônico Muriilo Badaró. E um dos seus incentivadores o presidente do órgão, Alexandre Costa.

Compõem a Comissão do DF dezessete senadores, sendo onze do PDS e seis do PMDB. Esses dezessete senadores são os responsáveis pela fiscalização de uma área de mais de 20 mil km², ou seja, Brasília é administrada por cidadãos que foram votados pelas populações da Paraíba, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Maranhão, entre outras, menos as de Brasília mesmo. Uma cidade que é maior do que 90% das outras no Brasil. Para se ter uma idéia, Brasília é mais populosa do que todos os 722 municípios mineiros, excetuada a capital, Belo Horizonte.

Por esses motivos, a própria Comissão está se auto-reformando, no sentido de possibilitar a abertura na administração do DF. Esse anteprojeto de autoria do senador Passos Porto, prevê que a Comissão do DF passe a ser integrada por 23 membros, um de cada Estado da Federação. Quer, ainda, o senador, que a Comissão faça reuniões públicas semanalmente, onde sejam repre-

sentadas associações, profissionais, de empregados, entidades públicas e profissionais liberais. Esses representantes seriam credenciados e com direito de opinar e prestar esclarecimentos.

Outra idéia do senador Passos Porto é a de criar seis subcomissões que seriam: de Transportes; das cidades-satélites; das áreas rural e geoeconômica de Brasília; de arquitetura e urbanismo; de educação, cultura, lazer e esportes e a de justiça, segurança e assistência social.

Ao mesmo tempo em que essa autoregamentação da Comissão do DF no Senado é uma abertura, ela pode, se aprovada, inviabilizar a completa autonomia política de Brasília. Ela é um passo adiante, sem dúvida, mas no qual pode estar embutida a idéia de que o brasileiro poderá **opinar** através de entidades de classe, mas não **poderá votar** e **escolher** seu governador, seus deputados e senadores.

O próprio presidente da Comissão, senador Alexandre Costa, é favorável à completa autonomia para o DF, "desde que ressaltados os interesses da União". Ele mora em Brasília há 20 anos e por isso acha que "ninguém é mais brasileiro do que eu". Por isso, defende a autonomia da capital e, com este intuito, se reunirá na terça-feira, com os senadores Itamar Franco e Mauro Borges para discutir o assunto e, possivelmente, apresentarem um projeto comum nesse sentido. Ele garante, ainda, que a maioria da Comissão do DF no Senado quer a representação política do povo brasileiro.